



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELATOR – CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

12ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara, dia 09/05/2017

ITEM 33

TC-2161/026/15

Prefeitura Municipal: Guararapes.

Exercício: 2015.

Prefeito(s): Edenilson de Almeida.

Advogado(s): Ivan Barbosa Rigolin (OAB/SP nº 64.974) e Gina Copola (OAB/SP nº 140.232).

Acompanha(m): TC-002161/126/15.

Procurador(es) de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Fiscalizada por: UR-1 – DSF-I.

Fiscalização atual: UR-1 – DSF-I.

Tratam-se das CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE GUARARAPES, 2015, fiscalizadas pela UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA, UR-1, que indicou algumas ocorrências, conforme a conclusão do relatório às fls. 64/68:

Item 2.1 – Cumprimento das Exigências Legais
Item 3.1.1 – Demais Aspectos relacionados à Educação
Item 3.2.1 – Demais Aspectos relacionados à Saúde
Itens 4 – Precatórios com registro incompleto no Balanço Patrimonial
Item 7 – Planejamento das Políticas Públicas
Item 8 – Lei de Acesso à Informação e Lei da Transparência Fiscal
Item 8.1 – Audesp
Item 10 – Iluminação Pública
Item 12 – Atendimento a Lei Orgânica/ Instruções/ Recomendações do Tribunal
Item 14.1 – Receitas dos Serviços de Água e Esgoto
Item 14.2 – Dívida Ativa
Item 14.3 – Despesas
Item 14.4 – Bens Patrimoniais
Item 14.5 – Execução Contratual
Item 14.6 – Pessoal
Item 14.7 – Atendimento às Instruções

SÍNTESE DO APURADO

Resultado da execução orçamentária (<i>déficit amparado por superávit financeiro registrado no exercício anterior</i>)	2,67 %
Percentual de investimentos	3,88 %
Despesa de pessoal em dezembro de 2015	51,03 %
Percentual aplicado na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (artigo 212 CF)	27,16 %
Percentual do FUNDEB aplicado na valorização do Magistério (60%)	93,54 %
Total do FUNDEB aplicado em 2015	99,17 %



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Se diferida, a parcela residual (de até 5%) foi aplicada até 31.03 do exercício subsequente?	Sim
Percentual aplicado na Saúde	30,28 %
Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	Sim
Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	Sim
Efetuada os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	Sim
Efetuada os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	Sim
O repasse à Câmara de Vereadores atendeu ao limite constitucional?	Sim

Notificado, o responsável em suas razões de defesa, juntadas às fls. 72/105, procurou justificar as ocorrências com documentos e informações.

A Assessoria Técnica Jurídica, sua Chefia e o Ministério Público de Contas, manifestaram-se pela emissão de Parecer Favorável com recomendações.

É O BREVE RELATÓRIO.

VOTO.

AS CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE GUARARAPES, 2015, apresentaram falhas que podem ser relevadas.

O Município cumpriu os índices constitucionais e legais obrigatórios:

ENSINO 27,16%;

FUNDEB 100%;

MAGISTÉRIO 93,54%;

SAÚDE 30,28%;

PESSOAL 51,03%;

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SUPERAVITÁRIA em 2,67% totalmente amparada pelo superávit financeiro do exercício anterior.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

O expediente TC-33219/026/15 traz justificativas complementares quanto aos itens 3.1.2.2 e 3.2.2.1. do qual determino a juntada nos autos.

Assim e considerando a manifestação da Assessoria Técnica Jurídica e do Ministério Público de Contas, VOTO PARA A EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL às contas em exame.

RECOMENDO, a margem do parecer e por ofício, que o município atente para as correções devidas, conforme propostas de ATJ e do MPC, evitando a aplicação das medidas de estilo na eventual reincidência, nos termos da L. C. nº 709/93, devendo a próxima Fiscalização trazer ao relatório o apurado.

DETERMINO que a próxima Fiscalização certifique o cumprimento do recomendado e sobre as informações prestadas, trazendo ao relatório o apurado.

Oficie-se o Ministério Público da Comarca a respeito das situações verificadas com Educação e Saúde.

É O MEU VOTO.

TCESP, em 09 de maio de 2017.

ANTONIO ROQUE CITADINI
CONSELHEIRO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

OZ